

FLAGRANTE SOCIOAMBIENTAL NO AMAPÁ: uma incursão aos arquivos do jornal do dia (1987-2009)

GLAUCIELA SOBRINHO¹
ISNANDA FEITOZA²

RESUMO

A sociedade de risco, cenário contemporâneo em que a Amazônia vêm sendo sistematicamente territorializada, faz mérito, a antiga política de integração nacional, cronologicamente situada a partir do governo presidencial de Juscelino Kubitschek. Todavia, o exercício de pensar a região, leva a crer em uma fundamental regressão dessa perspectiva integralista.

Para pensar a região ao longo de uma trajetória político-econômica, invariavelmente, recuamos aos séculos XIX, XX e XXI, em que, a perspectiva histórica desta, se faz por regularidades ou recorrências, no relativo a geração de riquezas. Consubstancialmente, a Amazônia agregou formas e conteúdos diversos ao modelo de exploração extrativista (vegetal e/ou mineral), quer seja, a política de geração de energia ou o implemento estratégico do marketing da sustentabilidade em tempos de mudanças climáticas.

As matrizes retratadas na região dão conta de uma evolução na geração de demandas socioambientais que se propagaram pela proliferação das cidades, vilas e fortificações dos séculos XVII-XVIII. Migraram para as “colônias” de fortalecimento econômico nacional, com a ativação das “Drogas do Sertão”, do “Ciclo da Borracha” e dos Projetos Agroextrativistas financiados pelo capital estrangeiro, a partir da segunda metade do século XX.

Como resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico ávido pela exploração, no recorte mais recente (a partir da década de 1980), as demandas socioambientais na Amazônia expressam suas formas contemporâneas na “conquista de Belo Monte”, na (re)territorialização da Raposa Serra do Sol, na perpetuação do Agronegócio da Soja, assim como, na ocupação de áreas especialmente protegidas, todos, extratos profícuos da ocupação, do uso e da degradação que esboçam vértices conflitantes das Relações Socioambientais na Amazônia, região norte do Brasil, repositório de interesses e políticas integralistas internacionais que desde o remoto século XVII nela se qualificam.

A forma, o conteúdo, a representação e a identidade construídas para as relações/demandas socioambientais na Amazônia e, particularmente, no Amapá, inquietam no sentido da interpretação e questionamento, que as sociedades desses espaços superpostos fazem quanto ao modelo de desenvolvimento econômico no qual se inserem, seja enquanto sujeitos, atores, expectadores, empatadores, antropizadores de maior ou menor escala, seja como, população cotidiana, exposta aos flagrantes e impasses dessas demandas.

Palavras-chave: Amazônia, Amapá, Desenvolvimento, Relações/Demandas Socioambientais.

¹ Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Mestrado em Desenvolvimento Regional (2009-2011). Especialista em História da Amazônia.

² Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Mestrado em Desenvolvimento Regional (2009-2011). Especialista em Programação do Ensino de História.

A sociedade de risco, cenário contemporâneo em que a Amazônia vêm sendo sistematicamente territorializada, faz mérito, a antiga política de integração nacional, cronologicamente situada a partir do governo presidencial de Juscelino Kubitschek. Todavia, o exercício de pensar a região, leva a crer em uma fundamental regressão dessa perspectiva integralista.

De fato, há que se considerar originalmente o plano integralista planejado pelo Marquês de Pombal, ainda no século XVIII, que desde a remota época, pensava a região estrategicamente inserida nas metas de desenvolvimento e crescimento relativas a gestão territorial central, e porque não, lembrá-lo como um possível Primeiro PDA da região, ordenador de demandas e centralizador de políticas.

Para pensar a região ao longo de uma trajetória político-econômica, invariavelmente, evoluímos aos séculos XIX, XX e XXI, em que, a perspectiva histórica desta, se faz por regularidades ou recorrências, no relativo a geração de riquezas. Consubstancialmente, a Amazônia agregou formas e conteúdos diversos ao modelo de exploração extrativista (vegetal e/ou mineral), quer seja, a política de geração de energia ou o implemento estratégico do marketing da sustentabilidade em tempos de mudanças climáticas.

As matrizes retratadas na região nos dão conta de uma evolução na geração de demandas socioambientais que se propagaram pela proliferação das cidades, vilas e fortificações dos séculos XVII-XVIII. Migraram para as “colônias” de fortalecimento econômico nacional, com a ativação das “Drogas do Sertão”, do “Ciclo da Borracha” e dos Projetos Agroextrativistas financiados pelo capital estrangeiro, a partir da segunda metade do século XX.

Como resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico ávido pela exploração, no recorte mais recente (a partir da década de 1980), as demandas socioambientais na Amazônia expressam suas formas contemporâneas na “conquista de Belo Monte³”, na (re)territorialização da Raposa Serra do Sol⁴, na perpetuação do

3 Hidrelétrica de Belo Monte (Estado do Pará- Bacia Amazônica/Rio Xingu)- com uma expectativa de potência instalada em torno de 11.233 MW será a maior usina brasileira, com uma área de inundação de 516 Km². O RIMA/IBAMA, quando do licenciamento da obra em 2010, apontou inúmeros impactos negativos sobre a região, dos quais se destaca: aumento populacional e ocupação desordenada nas áreas de intervenção; mudanças na paisagem provocadas pela forte intervenção antrópica; perda de vegetação e de ambientes naturais com mudanças e perdas de fauna e flora; geração de poluição sonora com danos às populações faunísticas; alterações no escoamento e na

Agronegócio da Soja⁵, assim como, na ocupação de Áreas Especialmente Protegidas, todos, extratos profícuos da ocupação, do uso e da degradação que esboçam vértices conflitantes das Relações Socioambientais na Amazônia, região norte do Brasil, repositório de interesses e políticas integralistas internacionais que desde o remoto século XVII nela se qualificam.

A forma, o conteúdo, a representação e a identidade construídas para as relações/demandas socioambientais na Amazônia e, particularmente, no Amapá, inquietam no sentido da interpretação e questionamento, que as sociedades desses espaços superpostos fazem quanto ao modelo de desenvolvimento econômico no qual se inserem, seja enquanto sujeitos, atores, expectadores, *empatahores*⁶, antropizadores de maior ou menor escala, seja como, população cotidiana, exposta aos flagrantes e impasses dessas demandas.

Justificado por tais inquietações, o debate iniciado neste trabalho propõe por diretriz problematizadora a questão: *Como mídia de comunicação de massa, que representação de relação/demanda socioambiental o jornal escrito incrustou na sociedade amapaense?* Nesse recorte, o objetivo central é esboçar e analisar a representação de demanda e identidade socioambiental amapaense, a partir da regularidade de notícias veiculadas pelo Jornal do Dia. A fonte privilegiada no estudo foi o jornal escrito, para o qual adotou-se o método de quantificação de dados e qualificação de informações. O aporte teórico da pesquisa assenta-se nas categorias

qualidade da água dos igarapés do trecho do reservatório dos canais; alterações ao acesso pelo Rio Xingu das comunidades indígenas ao município de Altamira; danos ao patrimônio arqueológico; perda de vegetação e recursos extrativistas; inundação permanente de áreas; mudanças na condição de navegabilidade, entre tantos outros danos socioambientais previstos quando da instalação da usina.

4 Raposa Serra do Sol- Área de Demarcação Indígena reconhecida em 2005, em franca disputa judicial com latifundiários sob suspeita de grilagem de terras (Nordeste do Estado de Roraima- Porção Norte da Amazônia). A partir de 2005, com a homologação da demarcação, iniciou-se o processo de reassentamento (ou retirada) das populações não-indígenas da área, dando sequência a disputa fundiária, principalmente encampada por rizicultores e pecuaristas instalados nessas terras indígenas desde 1990. As reivindicações destes também entram no foro econômico, pelo questionamento de valores de indenizações, assim como, pela forte contribuição do setor produtivo à economia do Estado de Roraima.

5 Agronegócio da Soja (Norte da Amazônia)- a área cultivada, incluindo os Estados de Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, já ultrapassa os 0,25% da área desmatada no bioma, com cultivo em grandes propriedades latifundiárias. Os principais debates em torno deste seguimento econômico situam-se nos grandes danos e impactos gerados nas áreas de cultivo e suas adjacências, principalmente àqueles relativos a desmatamento, queimada, produção de CO₂, alterações de ecossistemas na região, grilagem de terras e afins.

6 No sentido atribuído aos empates de seringueiros no Estado do Acre, durante a década de 1970-1980.

conceituais: socioambiental (relações/demandas) e desenvolvimento (ocupação/uso/degradação), estando fundamentada na base de discussão da História Ambiental.

1- INCURSÃO AOS ARQUIVOS DO JORNAL DO DIA: DESVELANDO A FONTE PELO MÉTODO

A imprensa escrita, com certa regularidade, tem sido uma fonte significativa de pesquisa, muitas vezes sendo utilizada como documento primário, outras estando como coadjuvante na produção do conhecimento. De fato, as informações, a comunicação, a publicização de fatos relativos a economia, a política, a cultura e outras demandas da sociedade, depois de ganharem às ruas pelos restritos espaços de folhetins de cunho oposicionista ou romancista, encontraram forte base de realização a partir da imprensa oficial.

No processo de evolução da imprensa nacional, temáticas de abordagem política e econômica, inicialmente, tiveram prioridade editorial (ARRUDA, 1998). Com a modernização gráfica e pela maior complexidade com que a sociedade brasileira tendeu a se articular pós-república, os jornais passaram a contar em suas composições com temas e cadernos de caráter comercial, cultural, tecnológico e, posteriormente, também relacionados ao meio ambiente.

A fonte jornalística, primária neste recorte, configura-se como portadora de informação, como um documento representativo das idéias, principalmente político-econômicas, produzidas e circuladas no Estado do Amapá, no período de 1987 a 2009, e que se inter cruzam na publicação de notícias relativas as demandas socioambientais presentes em escala local, regional, nacional e, também, de cunho internacional.

Admitindo-a como um documento sujeito a (im)parcialidade da notícia, tanto quanto, exposto a parcialidade editorial, os Arquivos do Jornal do Dia foram tratados segundo a abordagem de método-teoria de pesquisa historiográfica proposto por Luca (2005, pp.111-154). Porém, antes de explicitar o método de pesquisa e os procedimentos de coleta, cabe justificar a opção feita pelos arquivos do citado jornal.

Fundado em 1987, o Jornal do Dia é considerado o segundo de circulação diária, assim se mantendo até então (2010), uma das particularidades que levou a sua escolha para arquivo de pesquisa. Outro fator relevante, é a própria data de criação deste, ano

que antecede a federalização do Estado do Amapá, pelo que se pode afirmar que o noticiário deste editorial, acompanhou intrinsecamente, a evolução política, econômica e socioambiental do Estado, justamente pela regularidade de sua circulação.

Por fim, outra condição favorável foi a disponibilidade em acessar os arquivos de publicação, compilados e registrados anualmente (desde a fundação), cuja organização, responsabilidade e compromisso de arquivamento, constitui uma rica fonte de pesquisa no Amapá, não apenas às de caráter histórico, servindo também, como fonte para diversas áreas do conhecimento.

A incursão foi recortada aos anos de 1987 a 2009, não tendo sido estendida a 2010 (ano da pesquisa) por ainda não haver catalogação e registro disponível das publicações deste ano. Por assim ser, a consulta aos arquivos durou uma semana (mês de agosto de 2010), período no qual, todos os anos do intervalo foram estudados.

De partida, o procedimento metodológico permitiu a consulta e o registro das notícias de interesse da pesquisa, em todas as publicações do ano de 1987 e 1988, ou seja, os jornais de segunda-feira a domingo, nos 24 meses do intervalo tiveram seus exemplares acessados na íntegra. Tal experiência acabou revelando uma regularidade nas publicações, isto é, quando demandas socioambientais não apareciam nos editoriais até meados de cada mês, recorrentemente também não apareciam nos últimos 15 dias de circulação.

Nesse sentido, optou-se metodologicamente por limitar a incursão até a primeira metade de cada mês, o que foi feito rigorosamente em todos os meses subsequentes. Foram consultados, no recorte de 1989 a 2009, vinte anos de editorial, aproximadamente, 3.600 exemplares do Jornal do Dia, que somados a pesquisa integral (1987-1988), totalizam o quantitativo de 4.320 unidades editoriais as quais se teve acesso.

O método de abordagem para tratamento dos dados coletados foi definido com orientação quantitativa, de tal forma, consistiu na compilação e formatação de tabelas e gráficos, construídos a partir da seleção e classificação das informações disponíveis e, posterior tratamento qualitativo, no qual se esboçou o conteúdo e as inserções das notícias veiculadas pelo Jornal do Dia, ambos discutidos mais adiante.

Todavia, antes de iniciar a exposição dos dados produzidos, é importante retomar uma discussão em torno das Relações e das Demandas Socioambientais no contexto

amazônico, para então, situá-las na perspectiva das informações ou notícias gerenciadas pelo Jornal do Dia.

2- AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

As diferentes proposituras de desenvolvimento econômico direcionadas para a região Amazônica, invariavelmente, estiveram atreladas a atividades do agroextrativismo (florestal, mineral, pesqueiro) ou do agronegócio (com destaque à soja e à pecuária em maior escala), algumas com forte investimento de capital estrangeiro, outras, contando com investimento sistemático do capital nacional, com agências de fomento e apoio a projetos, no tocante a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), ao Banco da Amazônia e, mais recentemente ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e ao PAS (Plano Amazônia Sustentável) do governo federal.

Acrescente-se que o projeto desenvolvimentista de integrar a Amazônia ao circuito econômico nacional, impôs à mesma, ditames da escala produtiva, que impactaram direta e indiretamente, de forma negativa no bioma da região, tanto quanto, no sistema próprio de articulação econômico-social, quer seja no processo de ocupação, uso e degradação, então, intensificados.

Que povos e culturas foram dizimadas; que florestas e várzeas foram antropizadas de maneira irreversível; que hidrelétricas inundaram séculos de experiências, histórias e sítios arqueológicos; que crateras brotaram com arredores de cidades; que *company towns* transformaram a vida na Amazônia, já são fatos que se confundem com a própria matriz de identidade da região.

Decorridos poucos anos do século XXI (o anunciado século da tecnologia, do desenvolvimento, da qualidade de vida), a identidade (re)construída de Amazônia, dá conta da representação do ônus da ocupação, do uso e da degradação. Incita-nos, teóricos e pesquisadores, a questionarmos o preço desse desenvolvimento. Qual é sua natureza? A que custo, a que valia, a que órbita de depreciação? Que sociedade e que realidade assistimos se generalizar? Que demandas vimos tomar forma e conteúdos diversos entre 1950 e 2010?

Essas interrogativas inserem-se nesta discussão como provocações aos planos de ordenamento e desenvolvimento atualmente em curso na Amazônia. E, embora, de imediato, não seja objetivo respondê-las, são oportunas algumas considerações acerca da sociedade que se questiona.

Lira; Silva e Pinto (2009), fazem uma abordagem analítica, para o qual, a economia amazônica, em termos regionais, é fruto de um *desenvolvimentismo desequilibrado*, tanto no caráter espacial, quanto setorial de produção. Assim, um desenvolvimento diferenciado acabou se gestando desigualmente dentro da região, embora nela, também se registre a existência de eixos produtores dinâmicos, o que caracteriza a dicotomia econômica da Amazônia, isto é, PIB's elevados coexistindo com valores de IDH muito abaixo da média nacional.

Essa condição nociva de desigualdade intrarregional, operacionalizou um processo socioeconômico paralelo ao desenvolvimentismo macro-político, fazendo com que algumas atividades econômicas (como a mineração e a extração madeireira), aliadas a movimentações populacionais (como a invasão de áreas úmidas e/ou áreas de risco) alterassem a dinâmica de ocupação, uso e degradação na Amazônia, no Amapá e em tantos outros espaços afins.

O processo continuado de exploração econômica, atrelado ao fortalecimento da desigualdade intrarregional (PIB, PIB *per capita*, IDH, déficit de oferta de trabalho, falha de investimentos em infraestrutura urbana básica, precariedade de prestação de serviços municipais.....), paulatinamente, deram forma ao conceito de *sociedade de risco*.

Simplificadamente, afirma-se que a *sociedade de risco* é a conhecida sociedade industrial ou pós-industrial, ou seja, é a sociedade modificada pelo uso intensivo/extensivo da tecnologia e dos recursos naturais para a produção tanto de bens, quanto para a geração de serviços, assim como, seus desdobramentos funcionais, a exemplo da degradação socioambiental generalizada, seja pela contaminação/poluição e/ou exaustão de recursos. Em outro sentido, é a sociedade que gera a si mesma, riscos físicos, químicos, biológicos, sociais e naturais que põem em perigo ou em desequilíbrio a dinâmica de ocupação e uso do espaço global (DEMAJOROVIC, 2003).

Dentro dessa perspectiva analítica, as demandas que vimos tomar forma e conteúdos entre 1950 e 2010, no circuito interno e externo à Amazônia, são as

demandas socioambientais, isto é, o conjunto associado de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e bio/físico/químicos naturais, que compõem o universo diferenciado e retroativo da relação sociedade/natureza.

Num exercício de proposição explicativa, algumas demandas socioambientais podem ser configuradas, como aquelas relativas a: ordenamento habitacional; saneamento básico; tratamento de resíduos domésticos e industriais; plano de manejo para exploração e produção do agronegócio; gerenciamento sustentável da indústria de mineração; de energia e de produção tecnológica; geração de emprego; distribuição de renda, e tantas outras afins à qualidade de vida e, ainda, correlatas a estabilidade dos ciclos biogeoquímicos.

No Estado do Amapá, vive-se uma exemplificação bem clara dessas demandas, no processo de ocupação/invasão de áreas úmidas (ressacas) na capital Macapá. Nesse flagrante, as ressacas, expressão regional que caracteriza um ecossistema típico da zona costeira do Amapá, sofrem um movimento de ocupação populacional que, cada vez mais, coloca em risco suas funções reguladoras (NERI, 2004; PORTILHO, 2010).

De modo prático, sabe-se que *“a ocupação dessas áreas [...] pode causar uma perda na qualidade dos recursos hídricos, desmatamento de matas ciliares e conseqüentemente perda de biodiversidade”* (PORTILHO, 2010). O alerta surgiu quando 19% da população urbana macapaense, cerca de 53 mil pessoas foram estimadas vivendo em áreas de ressaca da capital no ano 2000. Com projeção na população atual, esses 19% poderiam representar cerca de 127 mil pessoas em 2010.

Ainda que não se possa contar com um mapeamento ocupacional seguramente atualizado dessas áreas, é fato que entre os anos de 2000 e 2010, houve uma intensificação do antropismo degradativo nas ressacas de Macapá. Contaminação hídrica; transtornos de saúde pública; aterramentos; enchentes; acúmulo de lixo e conflitos socioeconômicos, são apenas alguns eventos, reflexos materializados das demandas socioambientais presentes na capital e extensivas a outros municípios do Estado do Amapá.

3- EXTRATO DE RELAÇÕES/DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS NO AMAPÁ: REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE PROFERIDAS PELO JORNAL DO DIA

Retomando o conceito de demandas socioambientais, já tratado neste debate,

reproduz-se-o novamente, como o conjunto associado de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e bio/físico/químicos naturais, que compõem o universo diferenciado e retroativo da relação sociedade/natureza.

A partir daqui, apresenta-se um extrato, uma compilação das relações/demandas socioambientais tomadas como informações ou como notícias gerenciadas pelo Jornal do Dia no recorte de 1987 a 2009. Tratam-se, pois, de representações de demandas.

Admite-se enfim, que a comunicação ou a sociabilização das questões socioambientais foram tratadas pela mídia impressa, sem uma identidade, ou sem um conceito que norteasse a produção da notícia. De tal modo, os registros localizados, ou seja, as notícias veiculadas, são diversas, são dispersas e, ainda, de diferentes escalas.

Para gerenciar a dificuldade de compilação dos dados, os registros foram dispostos em tabelas, classificados por: escala de abrangência da notícia (internacional; nacional; estadual- exceto Amapá-; capital do Amapá; municipal do Amapá); abordagem temática (ocupação de área protegida na capital Macapá; saneamento e coleta de lixo; Áreas Especialmente Protegidas; atuação institucional/governamental); e Amazônia. Ressalta-se que, o ano de 1987 não aparece referenciado em nenhum dos registros da pesquisa, pois, curiosamente, neste ano, não houve veiculação de notícia com o foco das demandas socioambientais.

3.1- RESULTADOS DA INCURSÃO AOS ARQUIVOS DO JORNAL DO DIA (JD)

A inserção de notícias em escala internacional foi bastante reduzida, mas, já chamava atenção, desde 1990 para a crise ambiental de difusas proporções previstas para o século XXI. A partir de 2005, importantes questões foram inseridas no debate pelo JD, a exemplo, inclusive, das Mudanças Climáticas.

Anterior a este período, em 1988, o JD já encampava notícias sobre as mudanças de temperatura no globo. No recorte de 1991 a 2008, mostrou a importante evolução da Política Ambiental Brasileira, além de chamar a atenção dos leitores para questões relacionadas a Rio-92, a qualidade de vida, a degradação, ao agronegócio e afins.

Nas notícias comparativas entre o Amapá e outros Estados Brasileiros, deu-se destaque para processos de degradação, a exemplo dos Estados de Goiás, Rondônia e Bahia, e processos de adequação das atividades econômicas para minimização de

impactos ambientais, como no caso dos Estados do Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Destaca-se que a partir de 1990, o Estado do Amapá vivenciou a ampliação do debate ambiental, principalmente na esfera institucional. Desta forma, o JD, levou à população, notícias que referendaram, com uma certa regularidade, ações da CEMA (Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente/AP), do IBAMA/AP (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente/AP), que trataram, entre outros, de captação de recursos para proteção ao meio ambiente, do avanço no planejamento e na proposição de projetos e programas ambientais, além do inicial processo de consolidação da legislação ambiental do Amapá. Chegando ao ano 2000, as notícias tiveram profundas mudanças de abordagem, concentrando-se até o ano de 2009, em questões ligadas a processos de degradação e/ou impactos ambientais relacionados a produtividade econômica no Estado.

Na capital do Estado, Macapá, notabilizou-se um verdadeiro flagrante de demandas socioambientais. A regularidade com que as notícias vieram a público dava sinais dos fortes conflitos de poder e da crise socioambiental presentes nessa sociedade de risco.

Nas áreas úmidas de Macapá, principalmente o ecossistema de ressacas, abundante no perímetro urbano da capital, conviveu (e assim se mantém) intensamente com processos de ocupação e uso. Muitos fluxos migratórios para o Estado, inconsistência de política habitacional e má distribuição de renda são alguns dos argumentos utilizados por gestores, analistas e críticos desses verdadeiros “bairros” da cidade para justificar sua antropização generalizada. Para além da invasão/ocupação indevida dessas áreas protegidas (havendo inclusive cobrança de IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano), sérios danos/impactos ambientais são cumulativos nas ressacas e, por extensão na cidade de Macapá que depende da função reguladora desses ecossistemas.

Onde estavam as Políticas Públicas da Capital nesse período?

Quanto aos municípios do Estado do Amapá, o Jornal do Dia esteve relativamente distante dos fenômenos socioambientais que modificaram a dinâmica dos mesmos. Nas poucas notícias registradas no recorte de 1990 a 2006, houve predominância de:

degradação/impacto ambiental de escala produtiva (extrativismo mineral e vegetal) e, de escala doméstica (poluição hídrica, deposição de resíduos sólidos e proliferação de endemias).

Entre 1988 e 2009, as publicações do JD trouxeram à tona demandas como: saúde pública; saneamento básico; tratamento de resíduos sólidos; degradação do solo; ordenamento habitacional, entre outros. No tocante a Amazônia, constantemente, veio a público eventos de queimadas que devastaram milhares de hectares do bioma; atividades extrativistas (mineral e vegetal) de exploração e, a parca participação do poder público no gerenciamento/saneamento das demandas socioambientais.

Identificou-se que, as Áreas Especialmente Protegidas do Estado do Amapá tiveram poucas inserções nas publicações do JD. Em quase 20 anos de circulação (1987-2009), apenas 9 matérias foram veiculadas. Destas, 5 trataram de Áreas de Proteção Ambiental (APA do Curiaú e APA da Fazendinha- outrora Reserva Biológica da Fazendinha) localizadas no perímetro urbano de Macapá, evidenciando, principalmente, processos de ocupação, recorrentes nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado.

Agrupadas por escala de informação, as representações de relação/demanda socioambiental foram mais expressivas em abordagens de territorialidade Estadual (Amapá), com 27,2% (68) das inserções, seguida de Macapá (Exceto Áreas Úmidas), com 24% (60) e Nacional, com 22,4% (56), de um total de 250 notícias.

No complemento dos dados, as inserções de abrangência Amazônia (4,4%- 11); Internacional (4%- 10); Estadual- Exceto Amapá- (4%- 10); Municípios/AP- Exceto Capital- (4%- 10); e Áreas Especialmente Protegidas (3,6%- 9), mostraram-se com baixa proporção, embora, constantes.

Observa-se ainda que, Macapá, foi a escala mais representada se consideradas as proporções de exceção de áreas úmidas e áreas úmidas, tratadas separadamente. A somatória de 24% e 6,4%, respectivamente, totaliza 30,4% (76) das manchetes e/ou pequenas inserções de Relações/Demandas Socioambientais noticiadas entre 1987-2009 pelo Jornal do Dia.

Dos 16 municípios do Estado do Amapá, apenas 6 apareceram com representação de Relações/Demandas Socioambientais difundidas pelo JD. Destes, Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque são (em ordem decrescente) os municípios mais populosos.

No quantitativo de unidades de inserção direta, a capital Macapá teve uma larga vantagem em relação aos demais municípios, em que, computou-se respectivamente: Macapá com 76; Santana com 5; Laranjal do Jari e Serra do Navio com 2 (cada um); e Porto Grande e Oiapoque com apenas 1 unidade de inserção, cada um.

Considerando todas as escalas criadas para sistematizar o tratamento metodológico dos dados, ficou descrito que as relações/demandas socioambientais atreladas (direta ou indiretamente) a questões da ordem de saúde pública (esgoto, resíduos sólidos, enchentes e afins) foram recorrentemente enfocadas pelo JD, quantificando 58 unidades de inserção de um universo de 250 notícias. Na seqüência, notícias com enfoque de ação institucional e/ou governamental (40); de política ambiental e/ou política pública/programa/projeto (37); e aspectos gerais da problemática ambiental (30) foram as mais numerosas.

Curiosamente, inserções que debateram degradação ecológica (27); área especialmente protegida (26); queimadas e/ou desmatamento (21) e; fomento econômico (11) tiveram papel secundário no quadro geral de representações.

Entre fatos, manchetes, histórias e muita poeira a incursão aos arquivos do Jornal do Dia reforçou a teoria de que a representação e a identidade construídas para as relações/demandas socioambientais no Amapá e, por extensão e regularidade na Amazônia, tem forma e conteúdo genéricos. Na forma, predominam processos de degradação e, no conteúdo, destacam-se relações de poder com impacto direto e indireto na ocupação/uso da territorialidade. Em termos de debate e interlocução, as relações/demandas socioambientais carecem de enunciado com fundamentação teórica e, ainda, estão a reboque do marketing de mídia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wilson. **200 anos de imprensa no Brasil, 50 anos do jornal pequeno.**

Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/artigos/2004/01/araujo-jornalpequeno.html>>. Acessado em: 29/09/2010, 14:36 horas.

ARRUDA, José Jobson. **Brasil: império e república.** São Paulo: Ática, 1998. p.19.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O Que é Comunicação.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

- FERREIRA, A. L. O.; ANDRADE, J. S. de. **Uma História da Comunicação no Amapá: Jornal do Dia- o primeiro diário amapaense (1987-2008)**. 2008. 57fls. Monografia (Graduação em História), Faculdade de Macapá, Macapá.
- LIRA, Sérgio R. B. de; SILVA, Márcio L. M. da; PINTO, Rosenira S.. **Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, n.19, vol.1, pp.153-184, janeiro-abril de 2009.
- LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas- história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- NERI, S. H. A. 2004. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP**. 2004. 173fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. 15 fls. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Portugal, maio de 2010.
- ROMANCINI, Richard. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa**. Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5 a 9 de setembro de 2005, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.